

Comentário sobre o livro *Os Fundamentos da Liberdade* de F.A. Hayek (por Jesús Huerta de Soto, Professor de Economia Política, Universidade Rey Juan Carlos, Madri)

Se a *Ação Humana* de Mises foi o tratado de economia que mais influenciou o pensamento liberal espanhol nos últimos cinquenta anos, *Os Fundamentos da Liberdade* de F.A. Hayek - estudante favorito de Mises e vencedor do Prêmio Nobel de economia em 1974 - é o livro que mais influência teve, e ainda tem, no pensamento jurídico, político e moral dos liberais espanhóis. São coortes os pensadores do nosso país, amantes da liberdade que beberam intelectualmente deste livro repetidas vezes: desde a Presidente da Comunidade de Madri, até o novo governador socialista do Banco da Espanha, passando por vários pensadores, políticos, sociólogos e jornalistas de todas as cores e partidos políticos. O livro, mais uma vez, foi originalmente publicado em 1961 pela Fundação de Ignacio Villalonga, esse grande político valenciano, nacionalista e liberal, que ao ver frustrada sua carreira política pelo advento do regime franquista (chegou a ser presidente da Generalitat da Catalunha durante a 2ª República) viu-se forçado a se refugiar no mundo dos negócios como arquiteto do grupo industrial e financeiro do Banco Central até os anos setenta do século passado. Sete são as edições deste clássico publicado em nosso país, o último da Unión Editorial, há pouco mais de um ano, com uma tradução pura e revisada de José Vicente Torrente, com mais de vinte e cinco mil exemplares de *Os Fundamentos da Liberdade* de Hayek até agora vendidos e distribuídos em nosso país nos últimos cinquenta anos.

Embora Hayek tenha sido um economista da Escola Austríaca da primeira magnitude que aprofundou e ampliou as contribuições de seu professor e mentor Ludwig von Mises para a Ciência Econômica, opondo-se sem descanso a Keynes e aos teóricos positivistas do equilíbrio e engenheiros sociais da Escola de Chicago como Friedman e Knight, a partir de 1960 ele se dedicou principalmente a estudar os fundamentos jurídicos e morais da economia de mercado contra o estreitamento moral, corrupto e intervencionista, típico dos epígonos do estatismo, que nos anos sessenta de todo o século passado o pareciam invadir.

Hayek adverte como a democracia não está sujeita ao princípio da lei entendida em seu sentido material, como uma regra abstrata aplicável igualmente a todos, sem levar em consideração qualquer circunstância particular, e converte-se em um sistema ditatorial e odioso no qual as maiorias conjunturais de cada momento se dedicam a explorar sistematicamente e a coagir as minorias. A corrupção do sentido tradicional da lei é materializada na contínua promulgação de um enredo confuso de mandatos legislativos e regulamentos que pretendem organizar toda a vida na sociedade, mas que, devido à impossibilidade científica de incorporar toda a informação e conhecimento prático-empresarial necessários neles, ao invés de solucionar problemas (por exemplo, na área da violência baseada no gênero), tendem a agravá-los e torná-los de mais difícil resolução (legislação de discriminação positiva em favor das mulheres que violam o princípio da igualdade perante a lei, está aumentando os conflitos conjugais, as alegações duvidosas ou simplesmente falsas e, em última instância, a violência de gênero muitas vezes realizada por desespero que, diante da arbitrariedade do sistema legal e judicial, onde se decide fazer justiça pelas próprias mãos).

Hayek nos mostra como esse processo corruptor do conceito de lei é acompanhado por um processo paralelo ou corrupção generalizada da justiça. Isso não é mais entendido como a adaptação, em maior ou menor medida, do comportamento humano às normas gerais e abstratas do direito material, e sim concebido como a impressão mais ou menos emocional que um observador externo cria em uma determinada situação social, à margem do que o comportamento dos participantes observados no processo social tenha sido submetido ou não aos princípios gerais da lei material. Em suma, não há nada mais injusto do que este conceito espúrio de justiça "social", uma vez que é usado para justificar as agressões mais prejudiciais sobre o corpo social com o objetivo de

redistribuir a renda e igualar os resultados do processo social, independentemente se que os participantes nele se comportaram ou não desde o ponto de normas tradicionais da lei material.

De acordo com Hayek, a legislação - em oposição ao direito consuetudinário - é arbitrária e fruto do socialismo, corrompe o conceito tradicional de direito consuetudinário no sentido material e prostitui e destrói a verdadeira justiça, substituindo-a por um conceito espúrio de "justiça social" que é incompatível com a cooperação pacífica e harmoniosa dos seres humanos, destrói a paz social, fomenta a violência e paralisa o avanço da civilização.

Impecável é a análise de Hayek sobre a evolução e corrupção do *rechstaat* ou estado de direito nos últimos duzentos anos, bem como impecável em sua análise crítica do estado do bem-estar e do socialismo que ele expande em duas obras posteriores também traduzidas e publicadas em espanhol, *Direito, legislação e liberdade*, publicado recentemente em sua segunda edição em volume único pela Unión Editorial; e a *Arrogância fatal: os erros do socialismo*, publicada em várias edições, a última da série de *Obras Completas de F.A. Hayek*, coleção de vinte e dois volumes cuja edição em espanhol (em que já foram editados sete volumes) me sinto honrado em conduzir para os países de língua espanhola, e que está sendo publicado pela Unión Editorial, em paralelo com as edições em inglês, alemão e japonês.

Hayek foi, sem dúvida alguma, uma das figuras intelectuais mais importantes do século XX. Graças ao esforço e dedicação de um grande grupo de seguidores espanhóis, todas as suas obras importantes estiveram disponíveis desde o início ao alcance do intelectual, do político e do economista espanhol. E se hoje nosso país pode ser considerado até certo ponto mais tolerante e propenso à liberdade econômica e ao liberalismo político do que há cinquenta anos, isso se deve em grande parte a esse importante livro que, em pouco mais de quinhentas páginas, coleta fortemente todos os argumentos a favor do estado de direito, a submissão das autoridades à lei, a igualdade de todos os cidadãos perante o mesmo direito sem qualquer discriminação positiva, a defesa da propriedade privada em todas as ordens e instâncias sociais e o impulso da iniciativa privada, da liberdade empresarial e do sistema econômico capitalista como único sistema social compatível com a moralidade, a natureza do ser humano e o avanço da civilização.

Hayek termina sua já clássica obra com um postulado intitulado "Porque não sou conservador", onde denuncia a estreiteza de visão e o estatismo que são típicos das direitas conservadoras que prejudicam tanto o avanço da sociedade e, acima de tudo, muito em comum elas têm com os socialistas de todas as partes, no momento de desconfiar das possibilidades do ser humano, cooperando livre e pacificamente entre si, avançando a civilização humana para níveis inimagináveis de progresso.

É por isso que, apesar de parecerem graves as dificuldades que nos assombram em todos os lugares, o fato de que quase no final da primeira década do século XXI, as sucessivas edições de *Os Fundamentos da Liberdade* de Hayek que são publicadas em nosso país ainda se esgotam rapidamente, é um exemplo evidente de que a mais preciosa da nossa juventude e os nossos intelectuais estão bebendo das melhores fontes de pensamento liberal e que a Espanha ainda possui grandes possibilidades de redescobrir seu destino, contra o estatismo de todas as cores, como uma sociedade livre e aberta.